

A DIMENSÃO REGIONAL DA DESIGUALDADE DE RENDA NOS GOVERNOS FHC E LULA

Solange de Cassia Inforzato de Souzaⁱ
Isadora Dib Visconti Oliveiraⁱⁱ
Carlos Roberto Ferreiraⁱⁱⁱ

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar a dimensão regional da desigualdade da renda nos períodos de FHC e Lula, a partir dos dados das PNAD's (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para a região sul do Brasil. A decomposição do índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* constatou que houve uma mudança no padrão da evolução da composição das fontes de renda nos domicílios, favorável à renda do trabalho nos governos Lula, mais intensa na região sul, invertendo a trajetória de deterioração do mercado de trabalho nos períodos FHC. As rendas das aposentadorias e pensões e de outras rendas ocuparam maior espaço na renda domiciliar, sendo que a primeira cresceu mais fortemente na região sul e a segunda evoluiu menos na região. As rendas das aposentadorias e pensões contribuem para a concentração de renda no Brasil no segundo governo FHC e nos governos Lula, mas na região sul está restrita a alguns anos. Nacional e regionalmente, os rendimentos do trabalho não colaboram para concentrar renda nos domicílios brasileiros nos dois governos analisados, acentuando a relevância do trabalho na economia e sua repercussão nas desigualdades brasileiras.

Palavras-chave: Concentração de Renda. FHC e Lula. Região Sul.

REGIONAL DIMENSION OF INCOME INEQUALITY IN FHC AND LULA PERIODS

ABSTRACT: The aim of this study is to analyze the regional dimension of inequality of income in periods of FHC and Lula, from the data of the PNADs (National Survey by Household Sampling) to the southern region of Brazil. The decomposition of the Gini coefficient of per capita household income showed that there was a change in the pattern of changes in the composition of the sources of income in households, favorable to labor income in Lula, more intense in the south, reversing the trend of deterioration labor market in the FHC periods. Income from pensions and other incomes occupied more space in household income, the first of which grew strongly in the southern region and the second least developed in the region. Income from pensions contributed to the concentration of income in Brazil in the second FHC and Lula governments, but in the southern region is restricted to a few years. National and regional level, labor income did not collaborate to concentrate income in Brazilian households in the two governments analyzed, stressing the importance of work in the economy and its impact on Brazilian inequality

Keywords: Concentration of income. FHC e Lula. Region South.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil documentou e revelou elevados níveis de desigualdade na distribuição de

renda e de pobreza nas décadas de 1960 a 1990. Desde meados de 1990 e, especialmente, a partir de 2001, a despeito das posições desfavoráveis do país no ranking mundial, a reversão dessa desigualdade motivou estudos relacionados ao tema no âmbito nacional.

A magnitude continental do Brasil e as diferenças regionais também se destacam nas agendas das pesquisas econômicas e sociais. A população residente na região sul tem melhores condições de vida que a média da população brasileira, cujos indicadores do PIB *per capita*, escolaridade e saneamento da região são mais elevados que os mesmos índices do país, enquanto a taxa de desemprego, a extrema pobreza e a mortalidade infantil são mais baixos (IPEA, 2013; IPEADATA, 2014). Apesar disso, persistem desigualdades de renda que suscitam uma investigação no âmbito regional.

Na literatura sobre o assunto prevalecem controvérsias sobre as causas reais da recomposição favorável na distribuição da renda brasileira e regional, que envolvem a estabilização macroeconômica e o controle da inflação, o crescimento do PIB os programas de transferência de renda e as melhorias no mercado de trabalho. O endereçamento dos méritos também é disputado pelas ações efetuadas nos governos Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva.

O objetivo deste estudo é dimensionar a participação e a concentração da renda domiciliar na Região Sul do Brasil, com ênfase nos períodos de FHC e Lula, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os cálculos são executados pela técnica de decomposição do índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*.

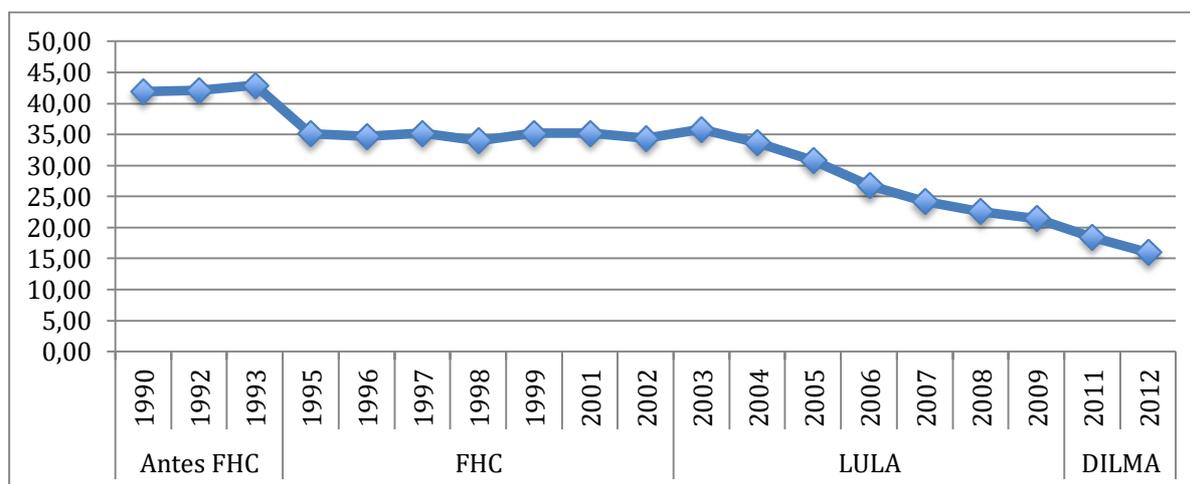
Este artigo está organizado em quatro seções, além desta Introdução. Na segunda seção apresenta-se a desigualdade de renda e pobreza no Brasil e as diferenças regionais, bem como o perfil econômico e social da Região Sul. A terceira seção esclarece a metodologia empregada para a realização desta pesquisa e, na quarta, estão os resultados e discussões. As considerações finais resumizam o trabalho.

2 DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA NO BRASIL E NA REGIÃO SUL

O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, atestam muitos estudiosos. Além disso, os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na perversa desigualdade na distribuição da renda e nas oportunidades da inclusão econômica e social.

Apesar disso, o Brasil atingiu o primeiro dos oito objetivos do desenvolvimento do milênio da ONU sobre a pobreza, e reduziu o número de pessoas vivendo em extrema pobreza: de 25,6% da população, em 1990, para 4,8%, em 2008. A taxa de pobreza, entre os anos 1990 e 2012, teve uma queda considerável, como se pode observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Taxa de pobreza no Brasil (%) de 1990 a 2012.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA(2014)

Nota: Taxa de pobreza refere-se ao número de pessoas em domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza, baseando-se no nível de renda anual com a qual uma pessoa ou família não consegue ter todos os recursos necessários para viver.

No período FHC, o número de domicílios que vivia em pobreza extrema diminuiu na região Sul (em Santa Catarina e no Paraná), mas aumentou no Brasil e no Rio Grande do Sul. Na era Lula, decresceu em todas as regiões analisadas. Santa Catarina é o estado do Sul com menos domicílios vivendo em extrema pobreza e o Paraná o estado com mais domicílios nessa situação (tabela 1).

Tabela 1 - Pobreza extrema, número de domicílios extremamente pobres (unidade).

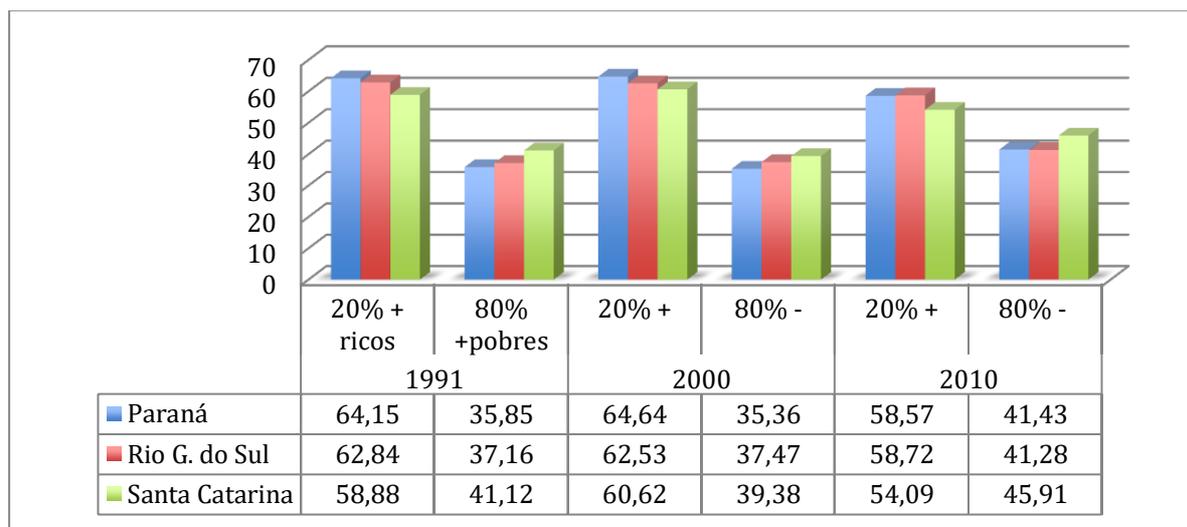
Região	1995	2002	2003	2009	2011
Brasil	4.310.587	4.877.317	5.533.843	3.333.336	3.106.269
SUL	479.314	398.010	438.913	234.877	216.515
Paraná	226.710	168.071	191.923	105.753	83.364
Rio G. do Sul	183.117	191.345	198.081	99.895	97.233
Sta. Catarina	69.487	38.594	48.909	29.229	35.918

Fonte: IPEADATA (2014)

Nota: Pobreza extrema refere-se àqueles que auferem renda *per capita* inferior a R\$ 67,07 por mês, em setembro de 2009, e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC).

O avanço distributivo é também comprovado pelos indicadores de desigualdade de renda; a renda dos grupos tradicionalmente excluídos cresceu no século XXI, que resultou na diminuição dessa desigualdade. O Gráfico 2 ilustra a desigualdade de renda nos estados da Região Sul do Brasil.

Gráfico 2 - Porcentual da renda apropriada pelo 20% mais ricos e pelos 80% mais pobres, nos anos 1991, 2000, 2010, nos estados da região sul.



Fonte: IPEADATA(2014)

2.1 Desigualdade e pobreza no contexto macroeconômico

Historicamente, a desigualdade e a pobreza no Brasil constituem temática de discussões na década de 1970, associada à política de crescimento econômico acelerado que beneficiou a classe de alta renda e à relevância da educação como fator explicativo das diferenças de renda. A desigualdade da distribuição de renda no país atingiu seu ápice em 1989 (último ano do Governo Sarney), medida pelo índice de Gini dos rendimentos das pessoas que atingiu 0,63 (HOFFMANN, 2002).

Nas décadas de 1970, 80 e 90, a explicação para a desigualdade estava em torno da educação e de variáveis macroeconômicas, como crescimento e inflação. Nos anos 2000, adiciona-se a preocupação com as variáveis sociais e do trabalho. Segundo Neri (2011), no governo FHC, a melhora se deu com a implantação do Plano Real e a redução do imposto inflacionário, enquanto, no período de governo de Lula, aconteceu principalmente pelas transferências e programas sociais destinados ao estrato mais pobre da população.

Para Barros et al. (2006b, apud CARVALHAES et al., 2012), a estabilização macroeconômica e o controle da inflação estão igualmente entre as principais causas do

declínio da desigualdade de renda, mas se tornou claro que apenas o crescimento econômico não poderia ser responsável pela distribuição da renda. A ampliação das oportunidades educacionais dos níveis mais baixos de renda e a redução dos diferenciais de remuneração explicam cerca de 40% da queda da desigualdade de renda, entre 2001 e 2005.

Ribeiro e Neder (2011) apontam as seguintes variáveis como mais importantes na explicação da desigualdade de renda total no Brasil: anos de estudo, posição na ocupação, idade e gênero. O aumento médio dos anos de estudo também foi a variável que mais contribuiu para diminuir a pobreza, principalmente a extrema pobreza para Marinho, Linhares e Campelo(2011).

De acordo com Reis e Ramos (2011), a estrutura educacional da família parece ter um papel importante nesse processo de transmissão da desigualdade de rendimentos entre gerações, pois trabalhadores cujos pais ou mães têm níveis mais altos de educação tendem a apresentar maiores anos de estudo, além de maiores retornos à escolaridade do que aqueles que têm poucos anos de estudo na família.

O estudo de Soares et al. (2006) afirma que 74% da renda declarada do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 80% da renda do Bolsa Família vão para famílias abaixo da linha da pobreza, de sorte que esses programas juntos foram responsáveis por 28% da redução do Gini, no período de 1995-2004. As pensões e aposentadorias oficiais (valor de 1 salário mínimo) contribuíram em 32% para a redução do Gini.

Hoffmann (2010) verificou que tanto o rendimento dos empregadores como o rendimento de aluguel e aposentadorias e pensão de funcionários públicos são parcelas altamente regressivas, ou seja, contribuem para o aumento da desigualdade, enquanto as aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social constituem parcela levemente progressiva de renda familiar e as parcelas mais progressivas são as relacionadas aos programas sociais.

A estrutura ocupacional também mostrou sua importância para a melhora da desigualdade nos anos 2000. Segundo Maia (2013), o impacto mais significativo no mercado de trabalho foi o crescimento no número e na qualidade dos empregos gerados, no período de 2002-2011. Houve a redução de cargos menos qualificados na agricultura e o aumento de trabalhadores no suporte administrativo, ocupação típica de classe média.

O contexto macroeconômico deve ser posto a esta altura. Anteriormente ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Brasil teve 20 anos de democracia de (1945-1964) e outros 20 anos de regime militar (1964-1984) até o retorno das Forças Armadas aos

quartéis. O marco desse retorno foi a posse de José Sarney, em 1985, na forma de um governo de transição (não mais militar), mas escolhido de forma indireta.

Durante o governo democrático, em 40 anos, quatro presidentes tiveram seu mandato interrompido em circunstâncias dramáticas para a vida brasileira: Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart e Fernando Collor. Por isso, para FHC, uma das prioridades era concluir o mandato presidencial na data prevista e vencer a inflação, a qual lhe fora entregue por Sarney com valor mensal de 80%.

O primeiro governo FHC foi caracterizado por uma política cambial rígida, crescente dependência do financiamento externo e um desequilíbrio fiscal agudo. O segundo foi marcado pelo câmbio flutuante, redução do déficit em conta corrente e forte ajuste fiscal. Em comum, ambos os governos se preocuparam com a inflação, todavia, o lado negativo foi a contínua expansão do gasto público. Isto é, a consolidação da estabilidade e o fim de um processo histórico de 30 anos de indexação (1964-1994) são a parte positiva do período, mas que por outro lado, esteve associado a baixo crescimento, aumento da carga tributária e uma pesada herança de elevado endividamento.

No final de sua gestão FHC deixou um "tripé" de políticas macroeconômicas – metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal. Um elenco bastante robusto de mudanças estruturais também foi importante, com destaque para a Lei de Responsabilidade Fiscal, a reforma parcial de Previdência Social, o ajuste fiscal nos estados, o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações e a reinserção do Brasil no mundo, através da obtenção de fluxos de Investimento Externo Direto.

Ao lado de alguns avanços institucionais registrados em diversos campos, nesse período, adotou-se, na prática, um regime de funcionamento autônomo do Banco Central; a instituição presidencial foi revalorizada; os ritos da democracia foram rigorosamente seguidos; portanto, o Brasil se tornou uma nação adulta, nos anos 1990. Em contrapartida, FHC ficou devendo a reforma tributária, o desenvolvimento do mercado de crédito e a superação duradoura da vulnerabilidade externa do país (GIAMBIAGI, 2005). Por outro lado, o crescimento econômico e a geração de empregos foram muito modestos, a dívida pública dobrou de tamanho no pós 1994, e a dívida externa aumentou substancialmente.

Em contraste, nos anos Lula, além de ter havido uma recuperação do crescimento e do investimento, com um impacto muito favorável sobre o emprego, a dívida líquida do setor público diminuiu um terço: o país tornou-se credor líquido do exterior, já que a dívida externa líquida se tornou negativa, ao mesmo tempo em que as reservas atingiram quase 290 bilhões

de dólares, em 2010. Em compensação, as reformas estruturais limitaram-se a uma Reforma da Previdência restrita ao âmbito do funcionalismo e de importância modesta. (GIAMBIAGI, 2011).

Os oito anos do governo Lula se caracterizaram pela estabilidade macroeconômica, e a estratégia brasileira foi premiada com grau de investimento das agências de *rating*. Mas, no final do governo Lula, em 2010, o Brasil estava às voltas com expressivos e crescentes déficits externos em conta corrente e com taxa de juros real mais elevada (em termos internacionais). As explicações para tais fenômenos vão desde questões associadas a taxa de câmbio à procura de poupança externa, até a ausência de reformas estruturais mais profundas.

Em síntese, os anos 2003-2010 foram marcados pela consolidação do processo de estabilização e por avanços sociais importantes. Por outro lado, o Brasil, em 2010, ainda continuava com alguns problemas similares aos de 1995, como taxa de investimento insuficiente, uma poupança doméstica baixa e competitividade deficiente da economia, problemas que estavam por trás do ressurgimento dos déficits elevados em conta corrente.

Em relação ao mercado de trabalho, a década de 2000 se iniciou nublada. A taxa de desemprego, que, em 1995, era de 6,7%, aumentou e estabilizou-se entre 9,5% e 10,5%, nos anos de 1999 a 2005. De 2005 em diante, as taxas caíram, sendo que a menor taxa da década foi 7,8%, em 2008. Em 2009, já houve um aumento para 9,1%, influenciado pela crise internacional (CARVALHAES et al., 2012).

A expansão do emprego na década 2000 se caracteriza por um modelo de melhoria nesse setor. Trata-se de um crescimento concentrado principalmente nos empregos de melhor qualidade, embora, por maior que tenha sido o saldo de empregos da década, ele não alterou substancialmente a estrutura ocupacional. As mudanças salariais, por sua vez, impulsionadas fortemente pelos reajustes do salário mínimo, têm um efeito mais transversal, afetando todos os indivíduos ocupados.

O crescimento da economia na década de 2000, associado às medidas de caráter social adotadas, implicou alterações relevantes nos ganhos de qualidade de vida das pessoas. O aumento das atividades intensivas em mão de obra e estímulos diretos, como o crédito favorecido aos pequenos empreendedores, e os indiretos, vindos do crescimento da demanda por bens e serviços, cooperaram para a redução da pobreza, no período de 1994 a 2010 (NERI, 2011).

Ainda que o Brasil tenha apresentado crescimento do PIB e redução da desigualdade de renda e pobreza, existem abordagens regionais relevantes pela vastidão de seu território.

Por isso, o enfoque da Região Sul neste artigo, a fim de entender as especificidades sobre as fontes de renda e sua contribuição para atenuar a desigualdade regional .

2.2. Perfil econômico e social da região sul do Brasil

A Tabela 2 exibe os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e na Região Sul.

Tabela 2 - Indicadores econômicos da Região Sul e Brasil. 1995-2010

Indicadores	Região	1995	2002	2003	2010
PIB corrente (R\$ milhões)	Brasil	705.641	1.477.822	1.699.900	3.770.085
	Sul	114.314	249.626	300.858	622.255
PIB (%)	Brasil	100	100	100	100
	Sul	16,2	16,9	17,7	16,5
PIB <i>per capita</i> (R\$ de 2000 - mil)	Brasil	6,15	6,95	6,93	8,82
	Sul	7,38	7,98	8,35	10,14
	Paraná	6,42	7,43	7,98	9,29
	Rio G. do Sul	8,37	8,35	8,57	10,53
	Santa Catarina	7,17	8,28	8,59	10,53

Fonte: IPEADATA (2014); IBGE. Contas regionais (2014)

Durante o governo de Fernando H. Cardoso, período de 1995-2002, a renda domiciliar *per capita* média praticamente se manteve inalterada e a renda média de todos os trabalhos declinou (Tabela 3 e 4). No governo Lula, 2003-2010, houve um aumento significativo da renda domiciliar *per capita* e da renda média do trabalho.

Tabela 3 - Renda domiciliar *per capita* média (R\$ de out. de 2012)

Fonte: IPEADATA(2014)

Região	1995	2002	2003	2009	2011
Brasil	689,31	680,01	640,01	838,56	891,36
SUL	782,97	789,05	784,03	1037,15	1.087,23
Paraná	722,14	744,48	725,69	972,32	1.038,84
Rio G. do Sul	828,06	825,95	814,10	1034,77	1.083,56
Sta Catarina	806,40	798,71	831,45	1153,13	1.176,09

Tabela 4 - Renda média de todos os trabalhos

Região	1995	2002	2003	2009	2011
Brasil	1.184,74	1.101,93	1029,72	1.272,27	1.392,53
SUL	1.224,30	1.141,17	1.117,94	1.408,36	1488,89
Paraná	1.177,12	1.125,11	1.100,72	1.398,19	1.474,46
Rio G. do Sul	1.234,05	1.148,22	1.087,74	1.348,83	1.424,27
Sta. Catarina	1.288,84	1.155,42	1.199,58	1.519,15	1.618,79

Fonte: IPEADATA (2014)

Nota: R\$ de out. 2012. Média, por pessoa ocupada, dos rendimentos mensais brutos totais em dinheiro recebidos em todos os trabalhos.

Por sua vez, a taxa de desemprego aumentou durante o governo FHC no Brasil e nos estados do Sul, como mostra a Tabela 5. Santa Catarina foi o estado do Sul com menor desemprego no período, apesar do aumento de 3,6% para 5%, ao passo que no Rio G. do Sul foi de 5,9% e, no Paraná, passou de 6,4%, em 1995, para 7,7%, em 2002.

Tabela 5 - Taxa de desemprego (em %), nos anos de 1995, 2002, 2003, 2009 e 2011

Região	1995	2002	2003	2009	2011
Brasil	6,7	9,9	10,5	9,0	7,3
SUL	5,6	7,1	7,7	6,5	4,7
Paraná	6,4	7,7	8,1	6,8	5,0
Rio G. do Sul	5,9	7,7	8,1	6,7	5,0
Sta. Catarina	3,6	5,0	6,1	5,6	3,6

Fonte: IPEADATA (2014)

O Paraná também revela padrões de analfabetismo superiores à média nacional, mas inferiores aos do Sul. Os dados da escolaridade e do analfabetismo estão contidos na Tabela 6.

Tabela 6 - Escolaridade e analfabetismo, 1995, 2002 e 2011

Indicadores	Região	1995	2002	2003	2009	2011
Média do Anos de estudo -pessoas com 25 anos de idade ou mais	Brasil	5,2	6,1	6,3	7,2	7,4
	SUL	5,6	6,4	6,7	7,5	7,7
	Paraná	5,2	6,3	6,6	7,5	7,5
	Rio G. Sul	5,8	6,5	6,7	7,5	7,6
	Sta. Catarina	5,6	6,6	6,8	7,8	8,0
Analfabetos (%) - com 15 anos de idade ou mais	Brasil	15,53	11,86	11,59	9,7	8,58
	SUL	9,15	6,73	6,37	5,46	4,94
	Paraná	11,55	7,89	7,82	6,70	6,27
	Rio G. Sul	7,84	6,30	5,77	4,60	4,27
	Sta. Catarina	7,43	5,50	5,00	4,91	3,88

Fonte: IPEADATA (2014)

No governo Lula (2003-2009) verificou-se queda do desemprego no Brasil, de 10,5% para 9%, de modo que, a despeito de essa taxa ser bem mais alta que a região Sul, teve melhora: o Sul foi de 7,7% para 6,5%. Entre os estados do Sul, Santa Catarina continuou com o menor desemprego e o Paraná era o estado do Sul com maior taxa de desemprego.

A escolaridade na região sul é superior à nacional, medida pela média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais. No período, o Paraná teve desempenho superior ao nacional e ao da média da Região Sul; Santa Catarina teve o melhor desempenho da região. Rio Grande do Sul passou a demonstrar níveis menores que a média da região. No Brasil, os patamares de mortalidade infantil são mais altos comparativamente ao quadro apresentado na Região Sul em 2001 e 2007. A mortalidade infantil no Paraná tem diminuído, mas o Estado encontra-se em situação desfavorável relativamente ao contexto nacional. Santa Catarina e Rio Grande do Sul se acham em situação favorável, quando cotejado com o contexto nacional e regional, segundo a Tabela 7.

Tabela 7 - Mortalidade infantil, taxa (mortes infantis por mil nascidos vivos), 2001-2007

Região	2001	2007
Brasil	26,3	20
Sul	16,4	12,9
Paraná	17,5	13,2
Santa Catarina	15,5	12,8
Rio G. do Sul	15,8	12,8

Fonte: IPEA (2013)

Durante o período em questão houve incremento de cobertura de água encanada no Brasil. No Paraná, acessos adequados a abastecimento de água estão além das médias nacional e sulista; no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina esses acessos estão além da média nacional e aquém da do Sul. Com relação à energia elétrica, o Paraná encontra-se em

situação similar à do Sul como um todo, sendo superior à média brasileira. No Estado, esse serviço está praticamente universalizado, de acordo com a Tabela 8.

Tabela 8 - Água e Energia, 2001-2009

Região	Água (em %)		Energia (em%)	
	2001	2009	2001	2009
Brasil	81,4	87,72	95,51	98,82
Sul	92,16	94,87	97,73	99,73
Paraná	97,15	93,54	97,24	99,63
Santa Catarina	90,37	91,91	99,03	99,97
Rio G. do Sul	91,8	94,31	97,49	99,7

Fonte: IPEA (2013)

A análise dos indicadores econômicos e sociais da Região Sul no período analisado pode ser resumida. No geral, a população sulista vive em melhores condições que a média da população brasileira. O PIB *per capita*, a escolaridade e o saneamento da região são mais elevados que os mesmos índices do país, enquanto a taxa de desemprego, a extrema pobreza e a mortalidade infantil são mais baixos que os do país. Mas, intrarregião, o estado do Paraná está em situação desfavorável em relação ao Sul, com maior índice de mortalidade infantil, analfabetos, desemprego, maior número de domicílios que vivem em extrema pobreza, menor renda média domiciliar e do trabalho e menor PIB *per capita*. Há aqui evidências do potencial de pesquisa econômica para o estado paranaense.

3 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

3.1 Base de dados

Para a decomposição do rendimento domiciliar *per capita* utilizou-se os microdados das PNADs para os anos FHC e Lula, para o Brasil e a Região Sul. Os dados referentes ao ano de 2010, último ano do governo Lula, não constam na pesquisa porque não houve Pnad 2010. Os dados anteriores referentes às décadas de 1980 e 1990 são acrescentados para ilustrar a trajetória histórica dos indicadores e os dados referentes ao início do governo Dilma auxiliam na mostra da tendência imediata dos indicadores.

A PNAD tem periodicidade anual desde 1971, sendo interrompida por ocasião dos Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Trata-se de um levantamento anual realizado por meio de uma amostra dos domicílios que abrange todo o país, exceto a área rural dos Estados da antiga Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) até 2003. Em 2004, a PNAD foi implantada na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançou a cobertura completa do território nacional.

3.2 Decomposição do Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*

O índice de Gini pode ser decomposto quando se considera a divisão do rendimento analisado em vários componentes¹, segundo Pyatt, Chen e Fei (1980). Seja z_i o rendimento da i -ésima pessoa, neste artigo, o rendimento domiciliar *per capita*, sendo resultado da soma de k parcelas:

$$z_i = \sum_{h=1}^k z_{hi}$$

(1)

Admite-se que os rendimentos z_i estão ordenados de maneira que $z_1 \leq z_2 \leq \dots \leq z_n$, sendo n o tamanho da população. Então i é a posição de ordem do rendimento z_i .

O índice de Gini (G) da distribuição de z_i é

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(z_i, i)$$

(2)

onde μ é a média dos z_i .

Pyatt, Chen e Fei (1980) definem a razão de concentração do componente z_{hi} como

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(z_{hi}, i)$$

(3)

onde μ_h é a média dos z_{hi} .

A participação do h -ésimo componente no rendimento total é

$$\phi_h = \frac{\mu_h}{\mu}$$

(4)

Pode-se deduzir que

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h C_h$$

(5)

¹ No Brasil essa metodologia foi utilizada por Ferreira (2003), Neder (2001) e Mariano e Lima (1998), e recentemente por outros pesquisadores.

Vamos indicar por i_h os números de ordem associados aos valores de z_{hi} se eles fossem colocados em ordem crescente. Os i_h , da mesma maneira que i , variam de 1 a n . Note-se, entretanto, que para determinando z_{hi} , o respectivo valor de i (o número de ordem do correspondente z_i) não vai, em geral, coincidir com i_h (a posição desse z_{hi} na ordenação dos valores desse componente). Analogamente a (2), o índice de Gini de z_{hi} é

$$G_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(z_{hi}, i_h)$$

(6)

De (3) e (6) obtém-se

$$R_h = \frac{C_h}{G_h} = \frac{\text{cov}(z_{hi}, i)}{\text{cov}(z_{hi}, i_h)}$$

(7)

Pyatt, Chen e Fei denominaram R_h de “razão de correlação de ordem”, ressaltando que não é um coeficiente de correlação de ordem. Eles mostram que

$$R_h \leq 1$$

De (5) e (7) segue-se que

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h R_h G_h$$

(8)

Essa expressão mostra como o índice de Gini de z_i está associado com os índices de Gini de cada componente.

Note-se, na expressão (5), que se todas as razões de concentração C_h tivessem o mesmo valor, esse seria, também, o valor de G . Dessa forma, pode-se considerar que um componente z_{hi} contribui para aumentar a desigualdade (medida pelo índice de Gini) quando $C_h > G$.

A decomposição do rendimento domiciliar *per capita*, neste artigo, explora três componentes: rendimento do trabalho; aposentadorias e pensões; e outras rendas. As outras rendas são compostas tanto pela renda do capital quanto pelas transferências de renda advindas dos programas sociais.

Consideram-se rendimentos de trabalho principal os decorrentes dos pagamentos brutos mensais aos empregados, empregadores e conta própria. O trabalho principal é o

trabalho único que a pessoa de 10 anos ou mais de idade teve no período da pesquisa (semana de referência da PNAD), impondo-se outros critérios para casos especiais.

Os rendimentos de aposentadorias e pensões são aqueles pagos pelo governo federal ou por instituto de previdência federal, estadual ou municipal, entidades seguradoras ou fundos de pensão. As outras rendas são as que advêm das transferências de renda de programa oficial de auxílio educacional (como o bolsa-escola) ou social (renda mínima, bolsa-família, benefício assistencial de prestação continuada – BPC –LOAS, programa de erradicação do trabalho infantil – PETI e outros), além da renda de capital, decorrente de aplicações financeiras em ativos financeiros de renda fixa, caderneta de poupança e outros.

Os cálculos realizados foram os de participação de cada fonte de renda na renda domiciliar *per capita* e a razão de concentração. A razão de concentração de cada fonte de renda é comparada com o Índice de Gini do Brasil e da região Sul.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Participação das fontes de renda dos domicílios da Região Sul e do Brasil: governos FHC e LULA

De acordo com os dados da Tabela 9, de 1995-2002, nos governos FHC, a participação do rendimento do trabalho principal na renda domiciliar esteve em declínio(-5,72%), ao passo que a das rendas das aposentadorias e pensões, além de outras rendas, experimentaram uma ascensão (6,08% e 0,05% respectivamente) na Região Sul. No Brasil, a presença relativa do trabalho principal caiu -4,37%, as aposentadorias e pensões aumentaram 4,43% e outras rendas 0,41%.

Tabela 9 - Participação percentual das fontes de renda dos domicílios da Região Sul e do Brasil, de 1995 a 2009

	Ano	Sul			BRASIL		
		TP ¹	AP ²	OR ³	TP ¹	AP ²	OR ³
FHC	1995	79,49	13,02	1,04	78,52	14,24	0,88
	1996	78,23	14,21	1,05	78,27	14,54	0,89
	1997	79,05	14,30	0,78	78,16	15,24	0,61
	1998	76,67	16,30	1,00	76,15	16,71	0,87
	1999	75,58	16,82	1,02	75,50	17,82	0,82

	2001	73,51	18,83	1,25	74,72	18,55	0,91
	2002	73,77	19,10	0,99	74,15	18,67	1,29
	Δ p.p.95/02	-5,72	+6,08	-0,05	-4,37	+4,43	+0,41
LULA	2003	73,23	19,55	1,60	73,58	19,84	1,05
	2004	73,73	18,73	1,61	73,29	19,60	1,59
	2005	73,23	19,55	1,60	72,74	19,79	1,77
	2006	72,69	19,24	2,05	72,76	19,50	2,15
	2007	73,58	19,20	1,64	73,80	19,38	1,72
	2008	73,37	19,51	1,80	73,18	19,44	2,17
	2009	73,75	19,77	1,17	72,99	20,13	1,69
	Δ p.p03/09	+0,52	+0,22	-0,43	-0,59	+0,29	+0,64

Fonte: Elaborada pelos autores a partir das PNADs de 1995 a 2009

¹ Trabalho Principal ² Aposentadorias e pensões ³ Outros Rendas ⁴ Gini Total Brasil

Isso mostra a reação mais pronunciada e negativa do mercado de trabalho na região sul quando comparada aos dados do Brasil em seu conjunto. Apesar da estabilização dos preços pós Plano Real, a conjuntura internacional desfavorável especialmente no final dos anos 1990, e as políticas macroeconômicas nacionais repercutiram no mercado de trabalho interno, com maior intensidade na região sul, tradicionalmente de maior desenvolvimento e mais integrada à economia internacional e doméstica.

Por outro lado, as rendas que advêm das aposentadorias e pensões revelam crescimento na participação da renda domiciliar mais fortemente na região sul, no período em que o país esteve governado por FHC. Abre-se a possibilidade de associação entre estes resultados e os bons indicadores sociais na região, particularmente os de escolaridade e saúde.

No período 2003-2009, governos Lula, a participação do trabalho e as aposentadorias e pensões aumentaram 0,52% e 0,22%, respectivamente na região sul, enquanto as outras rendas diminuíram -0,43%. A participação do rendimento do trabalho na renda domiciliar aumentou em 0,59%, enquanto as aposentadorias e pensões e os outros rendimentos aumentaram, 0,29% e 0,64%, respectivamente no país.

Sublinha-se a mudança de padrão das fontes de renda: no período FHC as rendas do trabalho são preteridas e em Lula é recuperada. Como em 2010 não teve a PNAD por causa da realização do Censo, os dados de 2009 confirmam o percurso favorável da renda do

trabalho e da desaceleração do aumento da participação das rendas das aposentadorias no período Lula, especialmente na região sul do país.

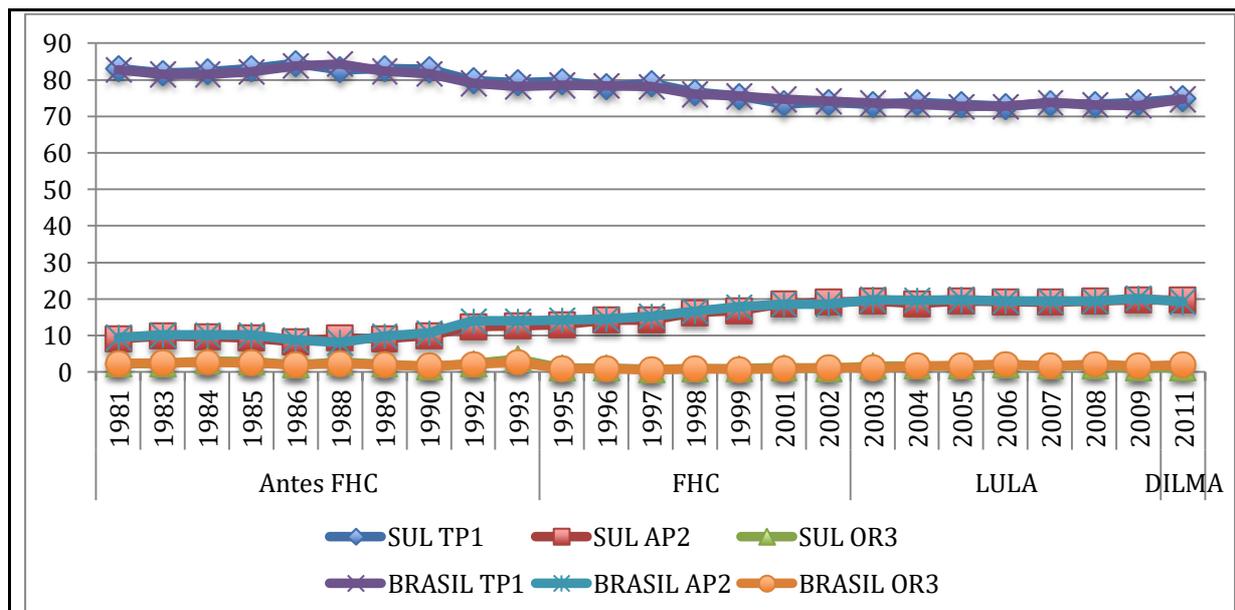
Nos anos 1990, a participação do rendimento do trabalho na Região Sul foi de 78,86%, aposentadorias e pensões, 13,74%, e outros rendimentos, 1,53%. No Brasil, os índices foram 78,2%, 14,68% e 1,33%, respectivamente.

A trajetória dos dados calculados anteriormente por Ferreira e Souza (2013) revela que durante a década de 1980, na Região Sul, o rendimento do trabalho foi em média 82,9% da renda dos domicílios, enquanto aposentadorias e pensões representaram 9,28% e outros rendimentos, 2,48%. No Brasil, a participação média da década foi constituída por 82,61%, 9,56% e 2,34%, respectivamente (ver Gráfico 3).

Em síntese, durante os governos FHC, de 1995 a 2002, as principais causas da queda da participação do trabalho na renda dos domicílios estiveram relacionadas às ações de política econômica direcionadas à estabilização de preços e aos efeitos em termos da elevação do desemprego e da informalidade, aliadas às orientações mundiais de flexibilização do mercado de trabalho e às crises internacionais. Por sua vez, o ganho de espaço na renda das famílias pelas aposentadorias e pensões foi devido em grande parte pela Constituição de 1988.

De 2003 a 2009, nos governos Lula, a participação do trabalho na renda domiciliar manteve-se em 73% aproximadamente, revelando a centralidade política do trabalho. Para isso colaboraram a recuperação da formalização do trabalho, envolvida com maiores gastos sociais em educação e saúde, maior alcance das instituições públicas do trabalho como a valorização do salário mínimo, maior atuação da Justiça do trabalho e do Ministério público do trabalho, além das ações do sistema público de emprego, como seguro-desemprego e abono salarial.

Gráfico 3 - Decomposição do valor médio das parcelas do rendimento domiciliar *per capita* em Trabalho Principal (TP), Aposentadorias e Pensões (AP), e Outras Rendas (OR), em participação percentual (%). Sul e Brasil de 1981-2011



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2013) - PNADs de 1981 a 2011.

As aposentadorias e pensões se estabilizaram em torno de 19% e os outros rendimentos relacionados à renda do capital e dos programas sociais ficaram entre 1% e 2%, como evidencia o Gráfico 3, no país e na região sul. Apesar da pequena participação dessa última parcela na renda domiciliar, elas cresceram no período de 2003 a 2008, como parte de um programa maior do governo Lula, cujo objetivo era o do crescimento econômico com atuação de programas sociais, amplamente divulgado na sociedade brasileira.

4.2 Concentração de renda pela decomposição do rendimento domiciliar *per capita* no Sul e no Brasil

As informações de outras pesquisas realizadas por Ferreira e Souza(2013) são as de que no geral, nos anos 1980 e início dos anos 1990, o rendimento do trabalho e das aposentadorias não concentraram renda no país (apenas em alguns anos no Brasil); os outros rendimentos concentraram renda em todos os anos, com alguns anos de exceção. Nesta pesquisa, na década de 2000, os rendimentos do trabalho e outras rendas(incluem renda do capital e de programas sociais) não concentraram renda, enquanto aposentadorias e pensões auxiliaram nessa concentração.

Tabela 10 - Razão de Concentração na decomposição do Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*. Região Sul e Brasil, de 1995-2009

Ano	Região Sul	Brasil

		TP ¹	AP ²	OR ³	TP ¹	AP ²	OR ³	GT ⁴
FHC	1995	0,547	0,545	0,738	0,587	0,586	0,789	0,599
	1996	0,541	0,545	0,780	0,588	0,580	0,815	0,600
	1997	0,538	0,547	0,739	0,591	0,585	0,769	0,600
	1998	0,537	0,555	0,738	0,585	0,599	0,764	0,598
	1999	0,539	0,568	0,683	0,579	0,603	0,695	0,592
	2001	0,519	0,570	0,623	0,581	0,603	0,539	0,594
	2002	0,505	0,549	0,435	0,575	0,592	0,512	0,587
LULA	2003	0,497	0,525	0,352	0,570	0,592	0,338	0,581
	2004	0,500	0,538	0,403	0,558	0,594	0,159	0,569
	2005	0,497	0,525	0,352	0,556	0,587	0,238	0,566
	2006	0,491	0,508	0,304	0,554	0,577	0,123	0,559
	2007	0,490	0,498	0,374	0,548	0,561	0,091	0,552
	2008	0,478	0,493	0,334	0,537	0,560	0,188	0,544
	2009	0,477	0,488	0,097	0,534	0,560	-0,105	0,539

Fonte: Elaboração dos autores com base nas PNADs de 1995 a 2009

¹ Trabalho Principal

² Aposentadorias e pensões

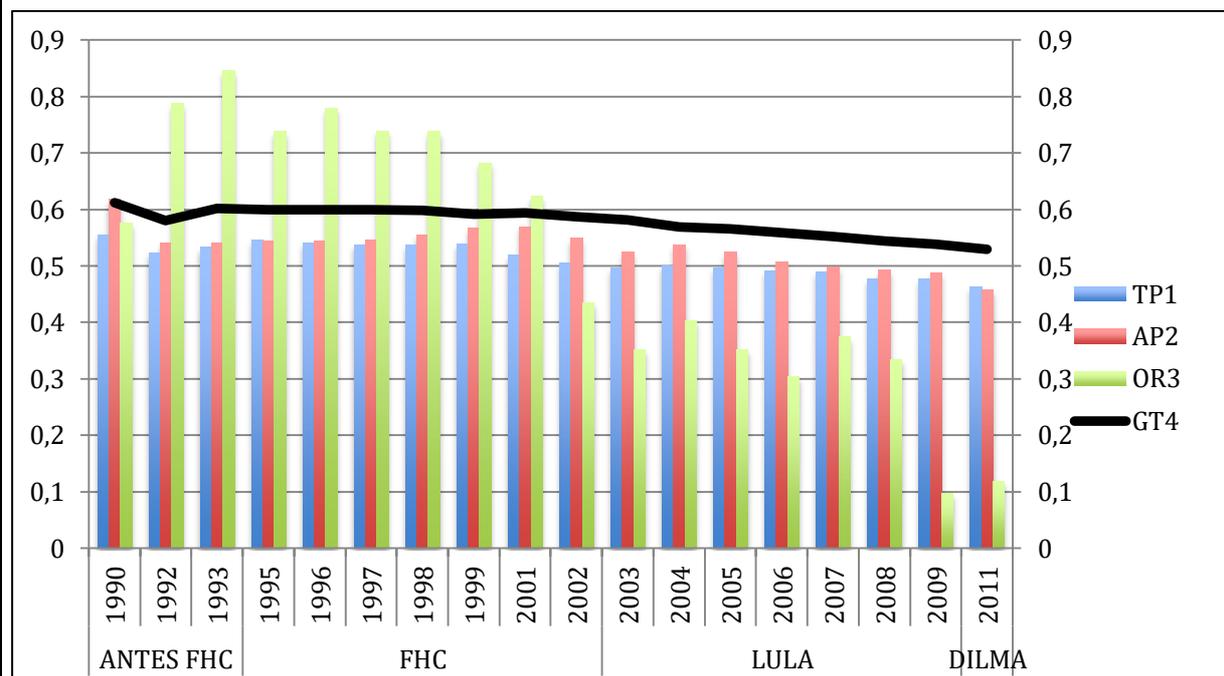
³ Outras rendas

A Tabela 10 apresenta a razão de concentração da renda do trabalho, das aposentadorias e pensões e dos outros rendimentos da Região Sul e do Brasil e o índice de Gini Total do Brasil. A interpretação dos resultados é a de que se a razão de concentração for maior do que o índice de Gini, a fonte de renda em análise contribui para a concentração da renda.

Como se visualiza no Gráfico 4, antes e durante os governos FHC, os outros rendimentos, que incluem a renda do capital e de programas sociais, da região Sul colaboraram para concentrar renda no Brasil, exceto nos anos de 1990 e 2001. A partir de 2001, nenhum desses rendimentos contribuiu para a concentração de renda no Sul, ou seja, durante os governos Lula, a parcela da renda domiciliar que derivou desses rendimentos não comprometeu a desigualdade de renda

Gráfico 4 - Razão de Concentração na decomposição do Índice de Gini total do Brasil do

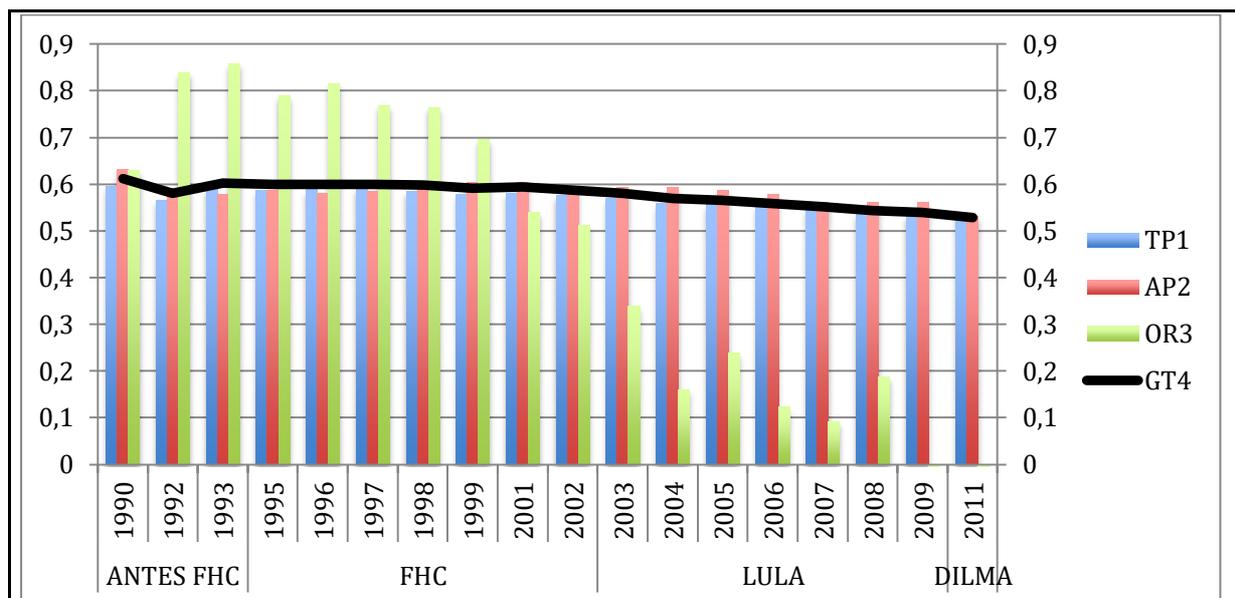
rendimento domiciliar *per capita*. Região Sul, de 1990 a 2011.



Fonte: Elaboração dos autores a partir da PNAD 1995-2009 e de FERREIRA; SOUZA (2013) para PNADs de 1990-93 e 2011

No Brasil, no período 1995-2002, mandato de FHC, e especificamente de 1995 a 1998, houve concentração de renda devido aos outros rendimentos; de 1998 a 2002 também devido às aposentadorias e pensões. No governo Lula, a concentração de renda influenciada pelas aposentadorias e pensões permaneceu até o fim de seu mandato. Em 2011, o trabalho e as aposentadorias e pensões cooperaram para a queda da desigualdade do país, segundo mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Razão de Concentração na decomposição do Índice de Gini brasileiro do rendimento domiciliar *per capita* do Brasil, de 1990 a 2011.



Fonte: Elaboração dos autores a partir da PNAD 1995-2009 e de FERREIRA; SOUZA (2013) para PNADs de 1990-93 e 2011 TP1: trabalho principal AP2: aposentadorias e pensões OR3: outros rendimentos GT4: Gini Total SUL

O problema relacionado às rendas das aposentadorias e pensões e a sua contribuição para a concentração de renda no Brasil sugere uma perspectiva nacional, porque persiste desde o segundo governo FHC até os governos Lula, apesar do discurso das necessidades de reformas do sistema previdenciário brasileiro e de algumas experiências que não deram conta da solução do problema. Regionalmente, a questão indica ser relativamente menos preocupante, a partir dos dados. Isso se vê também na próxima seção.

4.2.1 Razão de concentração na Região Sul: uma comparação das razões de concentração das fontes de renda com o Índice de Gini da Região Sul

O Gráfico 6 e a Tabela 11 registram a comparação da razão de concentração das fontes de renda e o Índice de Gini da região Sul. No período FHC, outros rendimentos concentraram renda no Sul, exceto no último ano de seu governo (2002), e nos anos 1997-1998 também se verificou a contribuição das aposentadorias e pensões para a concentração de renda na região. No governo Lula, apenas em 2003 as rendas das aposentadorias e pensões influenciaram a concentração da renda na região.

Tabela 11 - Razão de Concentração na decomposição do Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*. Região Sul, de 1995 a 2009.

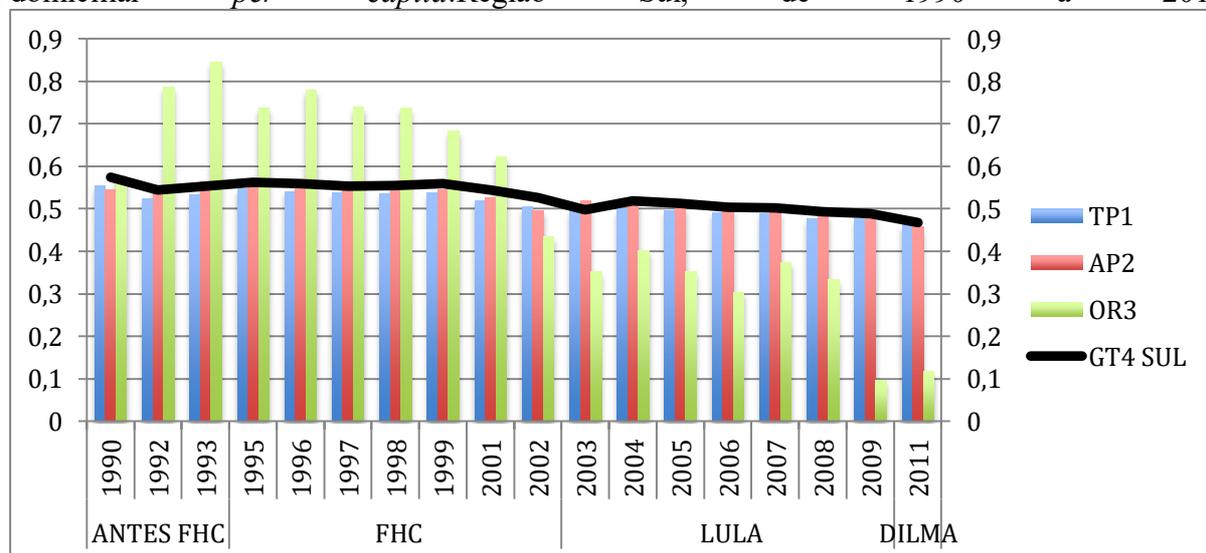
Ano	Sul				
	TP ¹	AP ²	OR ³	GT ⁴	
FHC	1995	0,547	0,559	0,738	0,563

	1996	0,541	0,553	0,780	0,559
	1997	0,538	0,555	0,739	0,553
	1998	0,537	0,560	0,738	0,555
	1999	0,539	0,545	0,683	0,560
	2001	0,519	0,527	0,623	0,545
	2002	0,505	0,497	0,435	0,527
LULA	2003	0,497	0,519	0,352	0,497
	2004	0,500	0,513	0,403	0,519
	2005	0,497	0,504	0,352	0,513
	2006	0,491	0,502	0,304	0,504
	2007	0,490	0,493	0,374	0,502
	2008	0,478	0,488	0,334	0,493
	2009	0,477	0,488	0,097	0,488

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados das PNADs de 1995 a 2009

¹ Trabalho Principal ² Aposentadorias e pensões ³ Outros Rendimentos ⁴ Gini Total Sul

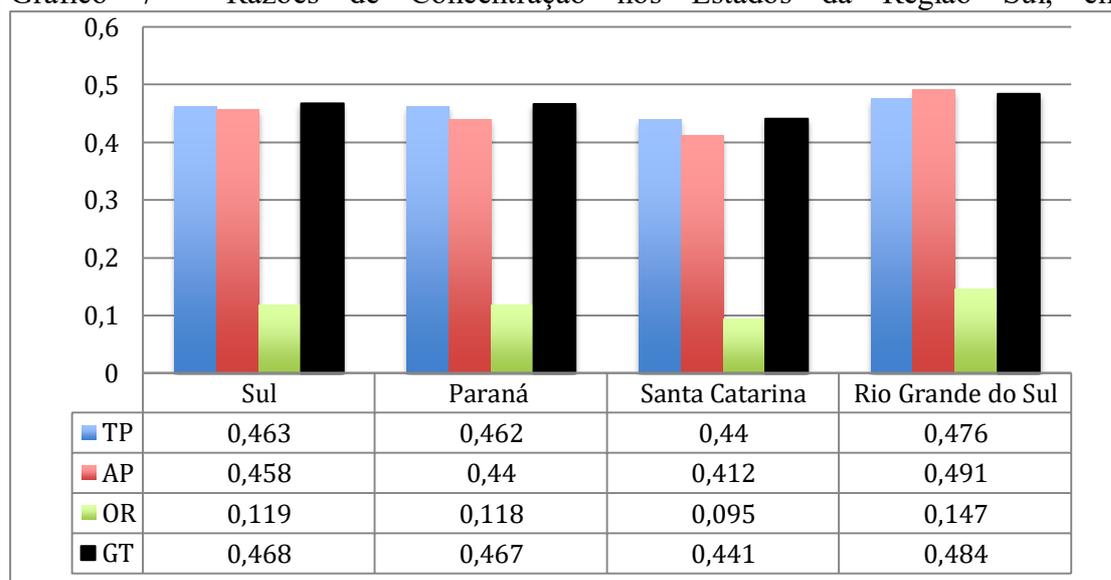
Gráfico 6 - Razão de Concentração na decomposição do Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*. Região Sul, de 1990 a 2011



Fonte: Elaboração dos autores a partir da PNAD 1995-2009 e de FERREIRA; SOUZA (2013) para PNADs de 1990-93 e 2011

No âmbito regional sul, as informações deste estudo não apontam a influência das rendas derivadas do trabalho para a desigualdade de renda da região sul, tanto nos governos FHC como Lula. A questão problemática das aposentadorias e pensões estiveram restritas a alguns anos e a das outras rendas ligadas ao governo FHC.

Gráfico 7 - Razões de Concentração nos Estados da Região Sul, em 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir de FERREIRA; SOUZA (2013)- dados das PNADs de 2011. TP: Trabalho Principal AP: Aposentadorias e pensões OR: Outros Rendimentos GT: Gini Total

Uma informação adicional pode ser feita para os Estados da Região Sul do Brasil em 2011. O rendimento do trabalho, das aposentadorias e pensões e outros rendimentos não contribuíram para concentrar renda na região como um todo, nem no Paraná. Já em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, apenas as aposentadorias e pensões colaboraram para concentração de renda, como mostra o Gráfico 7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo dimensionar a participação das fontes de renda que derivam do trabalho, das aposentadorias e pensões e de outras rendas, bem como os seus efeitos na concentração de renda na Região Sul do país, nos períodos FHC e Lula.

Os resultados da pesquisa são os de que houve uma mudança no padrão da evolução da composição das fontes de renda nos domicílios, com evidências favoráveis à renda proveniente do trabalho nos governos Lula, invertendo a trajetória de deterioração do mercado de trabalho na estrutura de renda domiciliar nos períodos FHC. Por outro lado, as rendas advindas das aposentadorias e pensões e de outras rendas galgaram espaço nessa composição da renda, mais intensamente nos governos FHC.

Regionalmente, o Sul do Brasil reagiu mais intensamente tanto na queda da participação do trabalho na renda domiciliar nos governos FHC, quanto recuperou-se nos governos Lula. Assim também o foi para as rendas das aposentadorias e pensões, cuja

participação cresceu mais fortemente na região sul. Contrariamente, as outras rendas (renda de capital e transferências de renda), evoluíram menos na região do que o Brasil como um todo. É uma região cujos indicadores sociais e econômicos mostram melhores condições do que a média nacional, integrada nacional e internacionalmente, apesar das diferenças intrarregionais, que merecem estudos mais profundos.

O problema relacionado às rendas das aposentadorias e pensões e a sua contribuição para a concentração de renda no Brasil sugere uma perspectiva nacional, porque persiste desde o segundo governo FHC até os governos Lula, apesar do discurso das necessidades de reformas do sistema previdenciário brasileiro e de algumas experiências que não deram conta da solução do problema.

Na região sul, a questão indica ser relativamente menos preocupante, a partir dos dados, porque está restrita a alguns anos, enquanto as rendas derivadas da renda do capital e transferência de renda aos anos FHC. Por fim, nacional e regionalmente, os rendimentos do trabalho não colaboram para concentrar renda nos domicílios brasileiros nos dois governos analisados, acentuando a relevância do trabalho na economia e sua repercussão nas desigualdades brasileiras.

REFERÊNCIAS

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995..

_____; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

_____; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 117–147, jun. 2006.

CARVALHAES, F.; BARBOSA, R.J.; SOUZA, P.H.G.F.; RIBEIRO, C.A.C. **Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda no mercado de trabalho: uma análise da década de 2000**. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2012.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Geografia, Conceitos e Temas. In: EGLER, C. **Questão Regional de Território no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.207-238. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf./Gestao.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

FERREIRA, C.R.; SOUZA, S.C.I. **Dados sobre concentração de renda no Brasil-1981-2011**. Londrina: UEL, 2013.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A; CASTRO L.B.; HERMANN, J. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 166-196.

_____. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 197-237.

HOFFMANN, R. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 213-235, 2002.

_____. Desigualdade de renda e das despesas *per capita* no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação, do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.19, n.3(40), p.647-661, dez. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 07 mai. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho>. Acesso em 7 mai. 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> . Acesso em: 07 mai. 2014.

_____. **Situação Social nos Estados: Paraná**. Relatórios do IPEA. Brasília, 2012.

_____. **Situação Social nos Estados: Rio Grande do Sul**. Relatórios do IPEA. Brasília, 2012.

_____. **Situação Social nos Estados: Santa Catarina**. Relatórios do IPEA. Brasília, 2012.

MAIA, A. G. Estrutura de ocupações e distribuição de rendimentos: uma análise da experiência brasileira nos anos 2000. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.276-301, mai.-ago./2013.

MARINHO, E.; LINHARES, F.; CAMPELO, G. Os Programas de Transferência de Renda do Governo Impactam a Pobreza no Brasil? **RBE**, Rio de Janeiro, v.65, p. 267-288, jul.-set. 2011.

NERI, M. C. **Evolução dos Indicadores Sociais baseados em Renda**. Desigualdade de Renda na Década. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2001 Disponível em: <http://www.dpnet.com.br/imagens/2011/05/04/fgvneri.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Erradicar a extrema pobreza e a fome: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <www.pnud.org.br/ODM1.aspx>. Acesso em: 07 mai. 2014.

REIS, M. C.; RAMOS, L. Escolaridade dos Pais, Desempenho no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Rendimentos. **RBE**, Rio de Janeiro, v.65 n.2, p.177-205, abr.-jun. 2011.

RIBEIRO, R.; NEDER, H. Desigualdade dos rendimentos do trabalho: estudo comparativo para as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 24, n.45, p.265-285, mar. 2006.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO R.G. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. IPEA, Brasília, out. 2006. (texto para discussão n.1228).

ⁱ Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina, Doutora em Educação pela PUC de São Paulo.

ⁱⁱ Bolsista PIBIQ, CNPQ e Fundação Araucária

ⁱⁱⁱ Professor associado da Universidade Estadual de Londrina, Doutor em Ciências (Economia Aplicada) pela USP – SP.